



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27911 - DF (2021/0216911-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
IMPETRANTE : JUNIA KARLA MALHEIROS DE ARAUJO
OUTRO NOME : JUNIA KARLA MALHEIROS ARAUJO
IMPETRANTE : GLISIA MARIA MALHEIROS DE ARAUJO
OUTRO NOME : GLISIA MARIA MALHEIROS DE ARAUJO MORAIS
ADVOGADOS : JACKSON VIANA - MG113998
 YGOR MAXWELL BARRETO MALHEIROS VIANNA -
 MG155978
 MARIA JOSE ALVES BAIA - MG201665
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
 HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por JUNIA KARLA MALHEIROS DE ARAUJO e GLISIA MARIA MALHEIROS DE ARAUJO contra ato praticado por MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS.

Alegam as impetrantes que a autoridade coatora editou a Portaria n. 799, de 9 de março de 2021, anulando a Portaria n. 1.205, de 5 de maio de 2004, que reconhecia a condição de anistiado político ao pai das impetrantes.

Requerem "a concessão de seu pedido de Tutela de Urgência, *inaudita altera pars*, para que seja declarado suspenso o ato administrativo combatido, bem como todos seus efeitos, para que até o fim do julgamento do *mandamus* mantenha a condição de anistiado político do falecido genitor das Impetrantes, com todos os seus direitos até o julgamento final do presente Mandado de Segurança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. As impetrantes não comprovaram o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – mantenha a condição de anistiado político do falecido genitor das impetrantes, com todos os seus direitos até o julgamento final do presente mandado de segurança – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente